

A FRAGATA "ALMIRANTE GAGO COUTINHO"

NO DIA 25 DE ABRIL DE 1974

António Seixas Louçã

Cap.- frag. ref.

Só recentemente li o artigo "O 25 de Abril e o Movimento na Marinha" do cap.m.g. ECN Martins Guerreiro, publicado no vol. CXXIV, de Janeiro a Março de 1994, dos Anais do Clube Militar Naval, no qual é feita uma referência ao ocorrido a bordo da fragata "Almirante Gago Coutinho", no dia 25 de Abril de 1974, que passo a transcrever :

"É igualmente pela mesma razão que o imediato e os restantes oficiais da fragata "Gago Coutinho" evitam que o navio faça fogo sobre os tanques de Salgueiro Maia no Terreiro do Paço".

O eng. Martins Guerreiro apresenta a actuação da fragata "Almirante Gago Coutinho", na esteira de afirmações do mesmo teor do almirante Vitor Crespo (como na revista "25 de Abril, memórias", editada pela Agência Lusa no dia 25.04.94, a pg.45).

A versão reproduzida não corresponde ao que se passou e, por respeito à verdade histórica, impõe-se a sua correcção.

1. Contrariamente ao que se afirma, nem o imediato nem os restantes oficiais da fragata evitaram que a "Gago Coutinho" fizesse fogo sobre os tanques (ou quaisquer outras forças), pois nunca a fragata esteve para fazer tal fogo.

Isto mesmo ficou esclarecido e provado no Auto de Averiguações levantado em 1976, a instâncias minhas - na qualidade de comandante da fragata no dia 25 de Abril de 1974 - e de que foi oficial averiguante o almirante Santos e Silva.

Desse Auto constam, entre outros factos assentes, os que passo a apresentar :

- A fragata "Almirante Gago Coutinho", no dia 25 de Abril de 1974, actuou sempre sob as ordens do seu Comandante.

- A fragata nunca esteve para fazer fogo para o Terreiro do Paço, o Comandante não mandou tocar a postos de combate, nem as peças estiveram guarnecidas ou carregadas.

- Por ordem do Comandante, as peças foram immobilizadas em elevação máxima, desde o princípio da manhã até ao fim do dia.

- O Comandante defendeu sempre, da forma mais adequada, o navio e a sua guarnição.

2. Sabe-se hoje que no dia 25 de Abril de 1974, o Comando do MFA na Pontinha se assustou com o aparecimento inesperado da fragata, frente ao Terreiro do Paço, pois ignorava qual poderia ser a actuação do navio e não se apercebeu de

imediate da immobilização das peças e do seu significado em máxima elevação, decidido assim para que as forças em terra não se sentissem ameaçadas (posição esta visível na fotografia que ilustra o artigo citado).

3. O próprio almirante Rosa Coutinho, - que nesse mesmo dia integrou a Junta de Salvação Nacional - em depoimento depositado no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, refere , a pgs. 6 e 7 :

" O aparecimento inesperado da fragata frente ao Terreiro do Paço, lança a consternação entre as forças militares que ocupam a praça(...). Não houve qualquer acção beligerante, nem sequer tentativa de acção. Mas o susto ficou. Esse susto vai acabar por custar caro ao Comandante Louçã! "

No mesmo depoimento, a pg. 1, escreve ainda o almirante Rosa Coutinho :

" Este incidente foi talvez para mim próprio o mais desagradável, não só por envolver o Comandante Louçã a quem me ligavam fortes laços de amizade e camaradagem, aliados a uma grande consideração como homem, como marinheiro e como militar mas também porque a situação em que se viu envolvido, ter resultado indirectamente da indisponibilidade do navio que eu

próprio comandava, a fragata " Almirante Pereira da Silva ". Na realidade, se o meu navio não estivesse imobilizado no Alfeite (...) deveria ser ele, e não a Gago Coutinho, que na manhã do dia 25 de Abril estaria a sair para o mar(...). E se assim tivesse sucedido, e fosse objecto das mesmas solicitações, como teria reagido ?(...)Em verdadeira consciência não tenho resposta."

4. O cap.-ten. Crespo, em resultado das preocupações já referidas e dada a sua particular responsabilidade na falta de previsão da situação surgida (havia semanas que se sabia que a fragata ia ser integrada em exercícios internacionais e estaria no Tejo, entre Cacilhas e o Terreiro do Paço, pelas 0730 daquela manhã) procura, só então, resolver o problema e, algum tempo depois, é transmitida para bordo uma "ordem" para que o navio baixe as peças e saia a Barra, acompanhada da ameaça de que as peças do Forte de Almada e as instaladas no Cristo-Rei e no Terreiro do Paço apontavam para a fragata.

5. Tal "ordem" e tal ameaça foram-me comunicadas, sem identificação pessoal do seu responsável , apesar de eu ter vivamente insistido em procurar saber de quem se tratava, pois isso poderia ser, para mim (cuja oposição ao regime político vigente era conhecida) , um indício dos propósitos do Movimento, que eu ignorava.

6. O navio continuou a movimentar-se, numa vasta zona do rio frente ao Terreiro do Paço, como forma de garantir a sua segurança no caso de vir a ser alvejado, com as peças imobilizadas em máxima elevação e desguarnecidas.

A intervenção do cap-ten. Crespo - ou de alguém por ele - não teve pois qualquer efeito nas decisões do Comandante do navio que se recusou firmemente a cumprir a única "ordem" que lhe foi transmitida: "baixar as peças e sair a Barra".

7. Volto a insistir que no dia 25 de Abril de 1974, a fragata "Almirante Gago Coutinho" actuou sempre sob as ordens do seu Comandante.

Ao contrário do que se deduz do texto inserido nos "Anais" o navio nunca esteve para fazer fogo sobre o Terreiro do Paço, não sendo verdade que o imediato e os oficiais o tivessem evitado. É pois inaceitável que se apresente uma versão diferente do que se passou, a criar um protagonismo que não existiu.

A verdade é que a única intervenção operacional relevante da Marinha foi a ocupação das instalações da PIDE/DGS, que, aliás, é mencionada pelo articulista.

8. Não devo deixar de referir aqui a intervenção do sargento de Comunicações Joaquim Augusto Marques que fez com que chegasse ao Posto de Comando da Pontinha a informação de que o fragata não faria fogo contra o Terreiro do Paço.

Isto - segundo o mesmo sargento, em declarações oficiais prestadas em 1977 - porque o imediato do navio, interpelado em fonia, na cabine de T.S.F., por alguém que se disse oficial do Movimento, sobre se o navio "estava com o Movimento ou contra ele", acabou por responder o que o sargento Marques, vendo-o sem reacção, o pressionou para responder: "que o navio não abriria fogo".

Tal resposta bastou para tranquilizar o cap.- ten. Crespo e o Posto de Comando da Pontinha que pôde prosseguir as operações.

9. O sargento Marques conhecia bem o Comandante da fragata, havia mais de vinte anos, e esse conhecimento, aliado ao que ia observando a bordo, levou-o à firme convicção de que o Comandante, quaisquer que fossem as ordens que viesse a receber, nunca cometeria a acção criminosa de mandar fazer fogo sobre o Terreiro do Paço e sobre a multidão que ocupava as ruas adjacentes, em manifestações entusiásticas, como se podia observar perfeitamente do navio.

10- São actuações como a deste sargento, motivadas por circunstâncias ocasionais, que contribuem decisivamente, por vezes, para a resolução de pequenos/grandes mal-entendidos.